



CÂMARA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS/ES

TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA II AGENTE LEGISLATIVO E DE CERIMONIAL

TIPO 4 – AZUL

MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por quarenta questões objetivas e uma questão discursiva.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com cinco opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas e Folha de Texto Definitivo: dados pessoais e instruções.




Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição do texto para a Folha de Texto Definitivo.
 - A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
 - Atenção ao preencher a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo. Caso haja erro de preenchimento, as Folhas não serão substituídas.
-  Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo, assinadas nos locais indicados, ao Fiscal de Aplicação.
- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
 - Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
 - Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



CARGO/FUNÇÃO: TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA II – AGENTE LEGISLATIVO E DE CERIMONIAL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Cidades inteligentes: tecnologia para o cotidiano das pessoas

Quando pensamos em “cidades inteligentes”, a imagem que costuma vir à cabeça é a de *drones* sobrevoando avenidas, sensores por todos os lados e grandes centros de controle repletos de telas. Essa visão existe, mas diz pouco sobre o que realmente faz diferença no dia a dia de quem vive nas cidades brasileiras. Para a maior parte da população, uma cidade inteligente é aquela em que o ônibus chega na hora, a luz não falta, as enchentes diminuem, a unidade de saúde atende com previsibilidade, a rua é segura e os serviços públicos são simples de usar, inclusive pelo celular. A tecnologia é, portanto, um meio para alcançar esse resultado e não um fim em si mesma.

O Brasil é um dos países mais urbanos do mundo e, ao mesmo tempo, um dos mais conectados digitalmente. A maioria da população vive em cidades e utiliza diariamente *smartphones*, redes sociais e meios de pagamento digitais. Em paralelo, muitos municípios ainda lidam com desafios históricos em áreas como saneamento, mobilidade, energia, habitação e adaptação climática. Esse contraste não é um obstáculo à inovação; ele é justamente o ponto de partida para que a tecnologia seja aplicada onde gera maior impacto social.

Nesse cenário, uma cidade fica mais inteligente quando conhece melhor o seu território, entende onde estão as áreas mais vulneráveis, antecipa riscos, identifica padrões e direciona os recursos públicos de forma mais precisa. Ela ganha eficiência quando encurta o caminho entre o problema e a solução: da reclamação sobre um buraco na rua à sua correção, de um pico de demanda no pronto atendimento à reorganização das equipes, de uma mudança de padrão de consumo de energia à redistribuição preventiva de cargas.

Dados, nesse cenário, tornam-se infraestrutura tão importante quanto as redes físicas. As cidades já produzem um grande volume de informações. O passo seguinte é integrar essas bases, garantir qualidade, segurança e governança dos dados, e criar rotinas para que eles não fiquem restritos a relatórios, mas alimentem decisões cotidianas.

Outro pilar fundamental é a inclusão digital. Não existe cidade verdadeiramente inteligente se uma parte da população fica de fora da transformação. Quando um serviço público migra para o digital, é preciso assegurar que ele seja acessível a todos, independentemente da renda, da escolaridade ou do bairro em que a pessoa mora. Isso passa por conectividade em escolas, unidades de saúde, centros comunitários e outros equipamentos públicos, por interfaces simples e linguagem clara nos aplicativos e portais, por ações de letramento digital e, ao mesmo tempo, pela manutenção de canais presenciais para quem ainda precisa deles. Inclusão digital, nesse sentido, é ao mesmo tempo uma política de equidade e de eficiência.

Mas nada disso se constrói de um dia para o outro. Em um país marcado pela diversidade e por desigualdades, o critério central para qualquer iniciativa de cidade inteligente deveria ser simples: essa tecnologia contribui para melhorar a vida de quem mais depende dos serviços públicos? Quando a resposta é positiva, vemos a inovação acelerar o acesso a benefícios, dar visibilidade a territórios antes pouco vistos, ampliar a transparência, fortalecer a participação social e aproximar cidadão e governo.

O futuro urbano brasileiro não será definido pelo número de dispositivos conectados, mas pela capacidade de usar a tecnologia para resolver problemas concretos com foco nas pessoas. Cidades inteligentes, no nosso contexto, são aquelas que conhecem profundamente sua realidade, planejam com base em evidências, atuam de forma integrada e garantem que a transformação digital seja também um instrumento de cidadania, inclusão e desenvolvimento sustentável. Esse é o caminho para construir cidades mais resilientes, eficientes e humanas, e o Brasil reúne condições tecnológicas e capital humano para avançar com rapidez nessa direção.

(Disponível em: <https://www.em.com.br/opiniaio/>. Acesso em: maio de 2026. Adaptado.)

Questão 01

No trecho “[...] de um pico de demanda no pronto atendimento à reorganização das equipes, [...]” (3º§), o termo destacado é formado pelo processo de:

- A) Hibridismo, dado que os radicais pertencem a línguas distintas (latim e grego).
- B) Composição por justaposição, com a união de dois radicais autônomos fonologicamente.
- C) Derivação parassintética, pois ocorre o acréscimo simultâneo de prefixo e sufixo ao radical.
- D) Derivação regressiva, uma vez que a palavra é formada a partir da redução de uma forma verbal.
- E) Composição por aglutinação, visto que há perda de integridade fonética em um dos elementos componentes.



Questão 02

Ao mencionar que *“Dados, nesse cenário, tornam-se infraestrutura tão importante quanto as redes físicas”* (4º§), é correto afirmar que o autor do texto:

- A) Sugere que os investimentos em infraestrutura física devem ser substituídos pelo investimento em bancos de dados.
- B) Prova que o volume de informações produzidas pelas cidades brasileiras já é suficiente para resolver problemas de habitação e energia.
- C) Alerta para o risco de as cidades ficarem dependentes de dispositivos eletrônicos, negligenciando as obras de engenharia civil tradicionais.
- D) Enfatiza que a gestão pública moderna depende da conversão de informações brutas em subsídios para a tomada de decisões imediatas.
- E) Indica que as redes físicas de energia e saneamento só funcionarão adequadamente se forem operadas por inteligências artificiais autônomas.

Questão 03

Analise os termos destacados no seguinte contexto: *“[...] são aquelas que conhecem profundamente sua realidade, [...] garantem que a transformação digital seja também um instrumento de cidadania, [...]”* (7º§). Sobre as funções da palavra *“que”* e a classificação das orações por ela introduzidas, assinale a afirmativa correta.

- A) Em ambas as ocorrências, o *“que”* é uma conjunção integrante, introduzindo orações subordinadas substantivas.
- B) A primeira ocorrência do *“que”* exerce a função de predicativo do sujeito, enquanto a segunda ocorrência exerce a função de objeto direto.
- C) As duas orações introduzidas pela palavra *“que”* possuem natureza adjetiva, uma vez que ambas qualificam o termo anterior – *“cidades inteligentes”*.
- D) No primeiro momento, o *“que”* introduz uma oração adjetiva explicativa, enquanto no segundo momento introduz uma oração substantiva subjetiva.
- E) No primeiro momento, o *“que”* é um pronome relativo e introduz uma oração adjetiva. No segundo momento, é uma conjunção integrante e introduz uma oração substantiva.

Questão 04

A locução conjuntiva *“para que”*, no seguinte contexto: *“[...] ele é justamente o ponto de partida para que a tecnologia seja aplicada onde gera maior impacto social.”* (2º§), teria sua relação de sentido preservada, sem prejuízo à correção gramatical do período, ao ser substituída por:

- A) Posto que.
- B) Porquanto.
- C) A fim de que.
- D) Contanto que.
- E) À medida que.

Questão 05

No período *“Esse é o caminho para construir cidades mais resilientes, eficientes e humanas, e o Brasil reúne condições tecnológicas e capital humano para avançar com rapidez nessa direção.”* (7º§), as vírgulas foram empregadas, respectivamente, para:

- A) Marcar a omissão de um verbo e separar termos de mesma função sintática.
- B) Isolar um aposto explicativo e separar uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- C) Separar orações coordenadas adversativas e isolar um adjunto adverbial deslocado.
- D) Separar oração intercalada e unir orações coordenadas sindéticas de mesmo sujeito.
- E) Separar elementos de uma enumeração e separar orações coordenadas com sujeitos distintos.

Questão 06

No trecho *“[...] planejam com base em evidências, atuam de forma integrada [...]”* (7º§), conforme o contexto inserido, o vocábulo *“evidências”* pode ser substituído, sem prejuízo no seu sentido original, por:

- A) Destaques.
- B) Conjecturas.
- C) Prognósticos.
- D) Constatações.
- E) Subjetividades.



Questão 07

No 5º§, o autor afirma que: ***“Não existe cidade verdadeiramente inteligente se uma parte da população fica de fora da transformação.”*** Sobre a oração em destaque e as normas de concordância e regência, assinale a afirmativa correta.

- A) A substituição de “fica de fora da” por “abstém-se à” manteria a regência verbal adequada e a correção gramatical do período.
- B) Caso o sujeito da oração fosse substituído por “uma parte das pessoas”, o verbo permaneceria flexionado no singular, pois é incorreta a concordância com o termo “pessoas”.
- C) O sujeito da oração é “uma parte da população” e o verbo “fica” (singular) concorda com o núcleo do sujeito, que é “parte”, sendo incorreta a concordância com o termo “população”.
- D) Mantendo-se o sentido e a correção, caso houvesse a substituição de “Não existe” por “Devem existir”, o substantivo “cidade” ficaria no singular, visto que o verbo auxiliar “dever” é impessoal.
- E) A oração “se uma parte da população fica de fora da transformação” classifica-se como subordinada adverbial condicional e seu verbo poderia ser flexionado no futuro do subjuntivo (“fizar”), desde que o verbo da oração principal fosse para o futuro do presente (“existirá”).

Questão 08

Com base na leitura integral do texto, sobre a visão de “cidade inteligente” defendida pelo autor, analise as afirmativas a seguir.

- I. O conceito de inteligência urbana está mais atrelado à eficácia na resolução de demandas sociais do que à mera sofisticação do aparato tecnológico.
- II. O Brasil, apesar de ser um dos países mais conectados do mundo, enfrenta um paradoxo onde o excesso de tecnologia nos grandes centros impede a inovação em áreas periféricas.
- III. A inclusão digital é apresentada não apenas como um direito social, mas como um pré-requisito para a viabilidade do próprio modelo de gestão digital.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 09

Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela cujo emprego do sinal indicativo de crase é facultativo.

- A) “Esse contraste não é um obstáculo à inovação; [...]” (2º§).
- B) “[...] da reclamação sobre um buraco na rua à sua correção, [...]” (3º§).
- C) “[...] a imagem que costuma vir à cabeça é a de drones sobrevoando avenidas, [...]” (1º§).
- D) “[...] de um pico de demanda no pronto atendimento à reorganização das equipes, [...]” (3º§).
- E) “[...] de uma mudança de padrão de consumo de energia à redistribuição preventiva de cargas.” (3º§).

Questão 10

Com base na estrutura sintática e na pontuação do título do texto – “Cidades inteligentes: tecnologia para o cotidiano das pessoas”, assinale a afirmativa correta.

- A) O termo “tecnologia” exerce a função de núcleo do sujeito da oração, enquanto “para o cotidiano das pessoas” classifica-se como complemento nominal.
- B) O termo “das pessoas” classifica-se sintaticamente como adjunto adverbial de finalidade, visto que indica o público-alvo a que se destina a tecnologia mencionada.
- C) Os dois-pontos foram utilizados para introduzir uma oração subordinada adjetiva explicativa, possuindo a mesma função de uma vírgula antes do pronome relativo “que”.
- D) O título é composto por duas frases nominais, em que a segunda (“tecnologia para o cotidiano das pessoas”) atua como um aposto especificativo ou explicativo do termo anterior.
- E) A substituição dos dois-pontos por uma conjunção integrante manteria a correção gramatical, desde que o termo “inteligentes” fosse flexionado no singular para concordar com o novo núcleo.



RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Durante um programa de modernização administrativa do Poder Legislativo do município de Domingos Martins, a quantidade de processos analisados semanalmente passou a seguir uma progressão geométrica crescente. Sabe-se que o terceiro termo dessa progressão é 24 e que o sexto termo é 192. Com base nessas informações, é correto afirmar que a soma dos sete primeiros termos dessa progressão geométrica é igual a:

- A) 726.
- B) 744.
- C) 762.
- D) 784.
- E) 806.

Questão 12

Durante uma atividade de capacitação promovida pela prefeitura de determinado município, foi proposto o estudo do polinômio $P(x) = x^3 + mx^2 + nx - 12$. Sabe-se que esse polinômio é divisível por $x - 2$ e que: $m + n = 5$. Considerando as informações, é correto afirmar que os valores de m e n são, respectivamente:

- A) $m = 1$ e $n = 4$.
- B) $m = 2$ e $n = 2$.
- C) $m = 3$ e $n = 2$.
- D) $m = -2$ e $n = 7$.
- E) $m = -3$ e $n = 8$.

Questão 13

Durante uma atividade educativa promovida pelo Poder Legislativo do município de Domingos Martins, foi utilizada a palavra **PROCESSO** em um painel sobre Administração Pública. Considerando todas as letras da palavra "PROCESSO", quantos anagramas distintos podem ser formados?

- A) 2.520.
- B) 3.360.
- C) 5.040.
- D) 8.064.
- E) 10.080.

Questão 14

Durante o período de atendimento ao público na Câmara Municipal de Domingos Martins, 8 servidores conseguem organizar e protocolar 240 documentos em 6 dias, trabalhando 5 horas por dia. Mantendo o mesmo ritmo de trabalho, quantos documentos poderão ser organizados e protocolados por 12 servidores, trabalhando 7 horas por dia, durante 10 dias?

- A) 640.
- B) 720.
- C) 780.
- D) 840.
- E) 960.



CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 15

Considere, hipoteticamente, que, como parte de um projeto de valorização da tradição cultural da cidade de Domingos Martins, a professora Gabriela criou um projeto em que os alunos deveriam apresentar trabalhos sobre os eventos gastronômicos da cidade, caracterizando-os e abordando suas vinculações históricas a nível municipal. O trabalho gerou grande repercussão, contando com o envolvimento das famílias – muito empolgadas em prestigiarem suas tradições. Na culminância de tal projeto, a partir de apresentações conceituais e práticas, ficou explícito que:

- A) O “Festival da Cebola” é a maior festa agrícola da região, contando com forte apelo cultural, exposições agrícolas e feiras de negócios.
- B) A gastronomia local apresenta pratos como o chouriço, chucrute, bisteca, mortadela, *kassler* e muitos outros de influência germânica.
- C) A “Festa do Morango”, a mais antiga tradição da cidade, data ainda do século passado e mantém viva a tradição pomerana no município.
- D) O famoso “Festival Sabores de Domingos Martins”, evento que ocorre no centro da cidade, é um resquício da tradição gentílica da cidade.
- E) O “Festival Internacional de Inverno”, o único dedicado à apresentação de cervejarias e vinhos artesanais, reúne produtores locais e internacionais.

Questão 16

Dia D histórico: ES alcança maior número de vacinas contra *influenza* em 2026

Segundo números divulgados pelo painel Vacina e Confia, o estado do Espírito Santo registrou um desempenho histórico no Dia D de vacinação contra a *influenza* em 2026, quando foram aplicadas 44.973 doses ao longo do dia. Em 2025, foram registradas 24.103 doses. Já em 2024, o total foi de 39.381 aplicações.

(Disponível em: <https://www.portaltemponovo.com.br/>. Acesso em: maio de 2026. Fragmento.)

Diante do exposto, é correto afirmar que a *influenza*, foco da vacinação citada:

- A) É também chamada de H1N1 ou gripe suína, que surgiu após um surto de rebanho, não contendo outros subtipos.
- B) Tem uma transmissão em cadeia, que acontece principalmente pelo contato físico, podendo ficar incubada por meses, sem sintomas aparentes.
- C) Não possui antibióticos que garantem uma eficácia suficiente para eliminar a possibilidade de contágio, mesmo com a vacina aprovada para a doença.
- D) Apresenta um grande escopo de vacinas correspondentes às várias cepas da doença, embora a principal seja a cepa atual, cuja variante é prevalente às demais.
- E) É reconhecida como gripe, sendo uma infecção viral aguda do sistema respiratório, causada por diferentes tipos de vírus, principais responsáveis por surtos sazonais.



Questão 17

Prefeitura apresenta planejamento estratégico com foco no futuro de Domingos Martins

O auditório da Biblioteca Municipal ficou completamente cheio durante a apresentação do Planejamento Estratégico de Domingos Martins, elaborado em parceria com o movimento ES em Ação. O planejamento estratégico está organizado em torno de cinco grandes objetivos: mobilidade urbana e infraestrutura rural; gestão eficiente e transparente; qualidade de vida; sustentabilidade; e atração de investimentos. A partir deles, cada secretaria detalhou como suas ações estão ligadas a esses eixos e de que forma podem contribuir para a transformação do município.

(Disponível em: <https://www.domingosmartins.es.gov.br/>. Publicado em: 11/09/2025. Acesso em: abril de 2026. Adaptado.)

A vegetação predominante em Domingos Martins é a Mata Atlântica, típica de regiões de montanha, e suas paisagens exuberantes são também consideradas patrimônio turístico. No escopo da sustentabilidade e do aproveitamento das belezas naturais do lugar:

- A) Embora adversa a práticas como *rafting* ou rapel, devido às condições geográficas, o voo livre em meio às montanhas poderia ser implantado.
- B) Seria muito produtivo e empreendedor inserir a cidade na famosa “Rota do Lagarto”, roteiro turístico que conecta diversas atrações da região.
- C) A cidade, conhecida como “Suíça Capixaba”, com seu clima fresco e belas paisagens montanhosas, pode desenvolver ainda mais a exploração turística, desde que consciente.
- D) Apesar de ainda não haver rotas ou projetos de turismo sustentável e/ou circular, o potencial de concepções desse tipo de empreendimento a longo prazo pode se tornar viável.
- E) Ainda que a grande atração cultural da cidade seja a culinária holandesa, trazida pelos colonizadores, investir no turismo rural seria um bom começo para desenvolver a região.

INFORMÁTICA BÁSICA

Questão 18

O *Microsoft Excel* é o programa de planilhas eletrônicas da *Microsoft*. Uma planilha de controle de mensalidades está sendo criada e otimizada com novas fórmulas no *Microsoft Excel 2019* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil). Durante os lançamentos das mensalidades, quando um atraso é identificado, o usuário precisa contabilizar manualmente os dias de atraso. Para automatizar esse processo, o usuário resolveu adicionar na planilha uma fórmula para calcular a diferença entre a data de vencimento e a data de pagamento. Considere que a data de vencimento foi inserida na célula A1, com a data 06/03/2026; e a data de pagamento foi inserida na célula B1, com a data 07/06/2026. Diante do exposto, qual fórmula pode ser utilizada para calcular os dias de atraso entre as datas de vencimento e de pagamento?

- A) =B1-A1
- B) =DIAS(B1:A1)
- C) =DIA(B1)-DIA(A1)
- D) =DATA(A1;B1;"d")
- E) =DATADIF(B1;A1;"d")

Questão 19

Ao utilizar o navegador, geralmente são realizadas pesquisas no *Google*, que retorna uma lista de endereços relacionados ao que é pesquisado. É possível, também, informar diretamente o endereço de um *site* na barra de navegação do *Web Browser*, fazendo com que a página seja carregada rapidamente. Por exemplo, para acessar o *site* da Câmara Municipal de Domingos Martins, o endereço utilizado é <https://www.domingosmartins.es.leg.br/>. Porém, considerando esse endereço de fácil compreensão para o usuário, há um endereço IP associado ao servidor que disponibiliza os serviços *Web* necessários para que o *site* possa ser acessado. O processo de associação entre o endereço digitado no navegador e o respectivo endereço IP facilita a vida do usuário. Sem esse mecanismo, para acessar os *sites*, seria necessário informar diretamente o endereço IP no navegador, o que tornaria o acesso às páginas da *Internet* mais difícil devido à quantidade de números. Nesse contexto, o serviço responsável por realizar a resolução de nomes, associando o endereço digitado no navegador ao respectivo endereço IP utilizado para localizar o *site* na *Internet*, é:

- A) FTP.
- B) SSH.
- C) DNS.
- D) SFTP.
- E) HTTPS.



Questão 20

Na Câmara Municipal de Domingos Martins, determinado auxiliar administrativo está produzindo um documento no *Microsoft Word 2019* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil). O documento trata de um debate sobre a regulação da micromobilidade urbana. Durante a produção do texto, o auxiliar administrativo realizou as seguintes ações: pressionou as teclas *Ctrl + T*; em seguida pressionou as teclas *Ctrl + J*; e, depois, selecionou com o *mouse* uma URL que havia sido adicionada ao texto. Ao perceber que a URL estava inserida apenas como texto, manteve-a selecionada, pressionou as teclas *Ctrl + K*; e, na sequência, pressionou a tecla *Enter*. Com base no uso das combinações de teclas utilizadas pelo auxiliar administrativo, quais foram as ações realizadas no documento?

- A) Selecionou uma palavra do texto; colocou-a em negrito; e centralizou a URL.
- B) Copiou todo o texto do documento; alinhou-o à direita; e inseriu uma quebra de página depois da URL.
- C) Recortou todo o texto do documento; alinhou-o à esquerda; e abriu a configuração de margens da página.
- D) Selecionou todo o texto do documento; deixou-o justificado; e transformou a URL selecionada em *hiperlink*.
- E) Selecionou todo o texto do documento; aplicou espaçamento entre linhas; e transformou a URL em nota de rodapé.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 21

As normas sobre a organização do Estado constituem um dos pilares fundamentais do constitucionalismo moderno. A Constituição Federal expressa bem esse pilar ao descrever de forma analítica como o Estado, por meio de seus entes, deve ser organizado. Nesse contexto, tendo por base a Constituição Federal de 1988, no que diz respeito ao Município, assinale a afirmativa correta.

- A) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de contas municipais.
- B) O total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de dez por cento da receita do Município.
- C) A câmara municipal não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores.
- D) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por metade dos membros da câmara municipal.
- E) A fiscalização do Município será exercida pelo Tribunal de Contas, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo municipal, na forma da lei.

Questão 22

O processo administrativo na Administração Federal é regido pela Lei nº 9.784/1999 e suas alterações. Aplica-se, todavia, a citada lei de forma subsidiária aos demais entes federativos, como, por exemplo, o Município. Nesse sentido, caso a câmara municipal de determinado município não discipline questões atinentes ao recurso administrativo, aplica-se a referida Lei Federal. Nesse contexto, tendo por base a Lei de Processo Administrativo, assinale a afirmativa correta.

- A) A interposição de recurso administrativo depende de caução.
- B) O prazo para a interposição de recurso administrativo é de quinze dias.
- C) O recurso administrativo tramitará, no máximo, por duas instâncias administrativas.
- D) O prazo para a interposição do recurso administrativo é contado da data da decisão recorrida.
- E) O recurso administrativo deverá ser decidido no prazo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.



Questão 23

João, funcionário de determinada câmara municipal, por inobservância do dever objetivo de cuidado, realizou uma conduta considerada ímproba pela Lei de Improbidade Administrativa (LIA). A conduta causou danos ao erário, mas não se tratou de enriquecimento ilícito. Em face de indícios de ato de improbidade, o superior hierárquico de João representou ao Tribunal de Contas, para tomar as providências necessárias. A respeito do caso narrado e, ainda, tendo por base a LIA, é correto afirmar que:

- A) João deverá ser condenado por improbidade administrativa, pois sua ação descuidada produziu danos ao erário.
- B) João não deverá ser condenado por sua ação, pois não há improbidade administrativa sem enriquecimento ilícito.
- C) A conduta do superior hierárquico, autoridade que conheceu dos fatos, se amolda ao que exige a lei sobre a temática.
- D) João deverá ser afastado desde o início da apuração dos fatos, mas as sanções aplicáveis só poderão ser executadas após a condenação em órgão colegiado.
- E) No caso de condenação pelo ato de improbidade administrativa, o filho de João, seu herdeiro, está sujeito a reparar o dano, no limite da herança ou do patrimônio transferido.

Questão 24

O edital é um importante mecanismo de transparência da gestão pública, que possui disciplina na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). A teor disso, a câmara municipal de determinado município pretende realizar processos licitatórios e, para tal, os servidores competentes analisam os requisitos para a elaboração dos editais. Nesse contexto, tendo por base a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, é correto afirmar que o edital:

- A) Não poderá prever a realização de fases sucessivas na modalidade diálogo competitivo.
- B) Poderá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação.
- C) Poderá, na forma disposta em regulamento, exigir que percentual mínimo dos licitantes seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica.
- D) Deverá prever a responsabilidade do contratado pela obtenção do licenciamento ambiental e pela realização da desapropriação autorizada pelo poder público.
- E) Poderá, na forma disposta em regulamento, exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído de oriundos ou egressos do sistema prisional.

Questão 25

Considere que alguns munícipes procuraram a câmara municipal de vereadores a fim de obter acesso a determinadas informações, exigindo, inclusive, a reprodução de documentos pelo órgão. Diante disso, por determinação da câmara, passou-se a cobrar os custos de ressarcimentos dos serviços e do material para a reprodução das informações requeridas, o que possibilitou negar acesso a quem não dispunha de recursos para tal e era hipossuficiente nos termos legais. Com base no caso hipotético e, ainda, a partir da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, assinale a afirmativa correta.

- A) O serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito; portanto, a cobrança é ilegal.
- B) Em razão do princípio da igualdade não é possível haver isenção para alguns; portanto, a cobrança é legal.
- C) O órgão poderá cobrar uma taxa destinada a aprimorar os serviços de informação; portanto, a cobrança é legal.
- D) O órgão não poderá cobrar o acesso à informação nem mesmo os custos de ressarcimentos dos serviços para as pessoas que não possuem recursos econômicos; portanto, a cobrança é ilegal.
- E) O órgão não poderá cobrar pelo acesso à informação, mas poderá cobrar o custeio de ressarcimentos dos serviços e do material para a reprodução a todas as pessoas; portanto, a cobrança é legal.



LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 26

Daniela foi nomeada para um cargo na Câmara Municipal de Domingos Martins após aprovação em concurso público de provas e títulos. Ao completar um período de efetivo desempenho de suas atribuições, Daniela busca informações sobre sua situação funcional e as garantias relativas à permanência no serviço público. Com base nas disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Domingos Martins – Lei Complementar nº 56/2022, assinale a afirmativa correta.

- A) Daniela será considerada estável precisamente ao completar dois anos de entrada em exercício, desde que sua assiduidade e pontualidade sejam consideradas satisfatórias pela chefia direta.
- B) Daniela alcançará a vitaliciedade após cumprir a etapa de efetivo exercício por trinta e seis meses, dependendo de uma simples declaração de confirmação emitida pela autoridade competente.
- C) A perda do cargo de servidora estável depende de decisão administrativa do chefe do Executivo, que poderá proceder à exoneração com base em critérios de conveniência e oportunidade para a Administração.
- D) A aquisição da estabilidade ocorre de forma automática e independente de qualquer nova avaliação, bastando que transcorra o período de três anos de efetivo exercício sem registros de sanções disciplinares graves.
- E) A aquisição da estabilidade por Daniela exige o cumprimento de três anos de efetivo exercício e a obrigatória avaliação especial de desempenho, sendo que, após essa etapa, a perda do cargo poderá ocorrer, entre outras hipóteses, em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Questão 27

Rômulo, servidor da Câmara Municipal de Domingos Martins, deixou de comparecer ao trabalho por trinta e cinco dias consecutivos sem apresentar qualquer justificativa legal ou médica à sua chefia imediata. Diante da situação hipotética, a Administração da Casa Legislativa decide instaurar o procedimento cabível para apurar a conduta do servidor. Com base nas disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Domingos Martins – Lei Complementar nº 56/2022, assinale a afirmativa correta.

- A) O caso de Rômulo configura inassiduidade habitual, infração sujeita à pena de suspensão por até noventa dias após a conclusão de sindicância investigativa.
- B) A conduta de Rômulo caracteriza abandono de cargo, sendo a infração passível de demissão mediante a observância do rito procedimental sumário previsto em lei.
- C) A ausência de Rômulo, por ser superior a trinta dias, autoriza a declaração de vacância do cargo por exoneração de ofício para atender ao interesse da Administração.
- D) A infração cometida por Rômulo permite a conversão da pena de demissão em multa pecuniária, desde que o servidor comprove a ocorrência de motivo de força maior.
- E) O período de ausência de Rômulo permite a aplicação direta da pena de demissão pela autoridade competente, sendo dispensada a instauração de processo administrativo.

Questão 28

De acordo com as disposições da Lei Orgânica Municipal de Domingos Martins, são consideradas espécies normativas que compõem o processo legislativo conduzido pela Câmara:

- A) Emendas à Lei Orgânica; leis complementares; leis ordinárias; resoluções; e decretos legislativos.
- B) Resoluções; decretos legislativos; regulamentos técnicos da Prefeitura; leis ordinárias; e Portarias municipais.
- C) Leis complementares; ordens de serviço internas; emendas à Lei Orgânica; regulamentos técnicos; e resoluções.
- D) Decretos legislativos; Portarias da Administração; resoluções da Câmara; leis ordinárias; e ordens de serviço internas.
- E) Leis ordinárias; resoluções; decretos do chefe do Poder Executivo municipal; Portarias municipais; e leis complementares.

Questão 29

No exercício de suas funções de controle e organização, a Câmara Municipal de Domingos Martins possui uma série de atribuições que são exercidas de forma privativa, ou seja, que não dependem da sanção ou concordância do prefeito para terem validade. Essas competências visam garantir a autonomia do Poder Legislativo e a fiscalização dos atos do Poder Executivo. Com base nas disposições da Lei Orgânica do Município, trata-se de competência privativa da Câmara:

- A) Instituir tributos municipais e dispor sobre arrecadação e aplicação das rendas públicas locais.
- B) Decretar a criação e a extinção de distritos administrativos para fins de organização do território.
- C) Aprovar o Plano Diretor Municipal e o Código de Obras para o ordenamento do crescimento urbano.
- D) Autorizar o prefeito e o vice-prefeito a se ausentarem do município por período superior a quinze dias.
- E) Proceder à nomeação e exoneração dos secretários municipais para auxílio na direção da Administração.



Questão 30

Considere, hipoteticamente, que um vereador do município de Domingos Martins, atendendo a pedidos de moradores da sede, deseja sugerir ao prefeito municipal a realização de uma reforma completa na praça central da cidade, incluindo a manutenção da iluminação e do paisagismo. O vereador busca utilizar o instrumento legislativo adequado, para que sua sugestão de interesse público chegue formalmente ao Poder Executivo. Com base nas disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal de Domingos Martins – Resolução nº 199/2025, é correto afirmar que o vereador deverá:

- A) Redigir um Projeto de Resolução, visto que a reforma de praças é matéria de cunho político-administrativo que dispensa a sanção do prefeito municipal.
- B) Formalizar sua sugestão por meio de uma indicação, proposição escrita pela qual o vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes.
- C) Propor um Projeto de Decreto Legislativo, instrumento destinado a regular matérias que produzam efeitos externos e que dependam de autorização da Mesa Diretora.
- D) Encaminhar sua solicitação por meio de ofício, instrumento administrativo destinado à transmissão de pedidos de obras e serviços de interesse público, ao Poder Executivo.
- E) Apresentar um requerimento ao Plenário, visto que solicitações de providências administrativas ao Poder Executivo são tratadas como pedidos de interesse pessoal do parlamentar.

CONHECIMENTOS DO CARGO/FUNÇÃO

Questão 31

Durante sessão ordinária de determinada câmara municipal, um servidor responsável pela segurança interna retirou, de forma abrupta e sem prévia advertência, um cidadão que se manifestava de maneira exaltada; porém, sem oferecer resistência física. Na execução da medida, o agente empregou força desproporcional, ocasionando lesões corporais no particular. Apurou-se, posteriormente, que o agente público atuava no exercício de suas funções, mas extrapolou os limites necessários à contenção da situação. O particular ajuizou ação indenizatória em face do Município. À luz do regime constitucional da responsabilidade civil do Estado, assinale a afirmativa correta.

- A) O Estado somente responderá se comprovada falha do serviço, sendo insuficiente a demonstração do dano e do nexo causal.
- B) A responsabilidade do Estado é subjetiva, exigindo a comprovação de dolo ou culpa do agente público para que surja o dever de indenizar.
- C) A responsabilidade do Estado é afastada, pois a atuação do agente com excesso rompe o nexo de imputação entre a conduta e a função pública.
- D) O Estado responde objetivamente pelos danos causados por seus agentes, assegurado o direito de regresso contra o agente público nos casos de dolo ou culpa.
- E) O dever de indenizar do Estado depende da prévia responsabilização administrativa ou penal do agente público que praticou a conduta lesiva no exercício da função pública.

Questão 32

No âmbito de uma câmara municipal, o presidente da Casa autorizou a realização de campanha institucional em período próximo ao processo eleitoral, utilizando recursos públicos para divulgação de ações administrativas, com ampla exposição de sua imagem pessoal e menção indireta a realizações vinculadas à sua gestão. Instaurado procedimento para apuração dos fatos, verificou-se que não houve demonstração de dano material ao erário, mas restou evidenciado o direcionamento da publicidade para promoção pessoal do agente público. À luz do regime jurídico da improbidade administrativa, assinale a afirmativa correta.

- A) A conduta não configura improbidade administrativa, pois a ausência de dano ao erário afasta a incidência de qualquer das hipóteses legais.
- B) A conduta configura automaticamente ato de improbidade administrativa, sendo desnecessária a análise do elemento subjetivo diante da violação aos princípios da Administração Pública.
- C) A caracterização do ato de improbidade por violação a princípios prescinde da demonstração de finalidade específica, bastando a comprovação objetiva da promoção pessoal com recursos públicos.
- D) A configuração do ato de improbidade depende da comprovação de dolo específico, consistente na vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito, não sendo suficiente a mera irregularidade administrativa.
- E) A utilização de publicidade institucional com promoção pessoal somente configura ato de improbidade administrativa quando cumulativamente demonstrados dano efetivo ao erário e enriquecimento ilícito do agente público responsável.



Questão 33

Determinado agente legislativo da Câmara Municipal de Domingos Martins implementou duas mudanças na rotina de trabalho. Na primeira, promoveu pequenos ajustes na organização e tramitação das proposições legislativas no sistema interno, com o objetivo de reduzir atrasos e melhorar o controle de prazos, sem alterar a estrutura organizacional ou a forma de interação entre os setores. Na segunda, participou da implantação de um sistema digital integrado que modificou significativamente a forma de execução das atividades legislativas, promovendo novas formas de interação entre os setores, reorganização dos fluxos de trabalho e maior integração das informações institucionais. À luz da classificação do grau de inovação, assinale a alternativa correta.

- A) A primeira mudança caracteriza inovação radical; a segunda corresponde à inovação incremental.
- B) A primeira mudança caracteriza inovação incremental; a segunda corresponde à inovação sistêmica.
- C) A primeira mudança caracteriza inovação sistêmica; a segunda corresponde à inovação incremental.
- D) Ambas as mudanças caracterizam inovação sistêmica, pois implicam melhorias no desempenho organizacional.
- E) Ambas as mudanças caracterizam inovação incremental, pois foram implementadas no âmbito interno da organização.

Questão 34

Maria, recém-empossada na Câmara Municipal de Domingos Martins, foi designada para atuar no setor de protocolo. Durante suas atividades, foram adotados os seguintes procedimentos; analise-os.

- I. Na etapa de classificação, ao receber documentos particulares não sigilosos, realizou a abertura dos envelopes e procedeu à devida classificação.
- II. Na expedição ou distribuição, considerou que a expedição ocorre quando o envio é interno, enquanto a distribuição ocorre quando direcionada à outra instituição.
- III. A última etapa consiste no controle da tramitação, no qual o protocolo deve acompanhar os documentos, por meio de sistema manual ou informatizado, identificando os setores pelos quais tramitam.

Com base nas rotinas do setor de protocolo, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 35

Ao elaborar os slides e a minuta da ata de uma sessão legislativa, o agente legislativo e de cerimonial deve zelar pela concisão, uma das qualidades fundamentais da redação oficial. No contexto de uma ata, a concisão é obtida quando:

- A) Utiliza-se a ordem indireta das frases e o excesso de “queísmos”, para dar um tom mais solene ao documento.
- B) O redator utiliza o máximo de adjetivos para qualificar os discursos dos vereadores, conferindo maior prestígio ao texto.
- C) Eliminam-se palavras inúteis, redundâncias e passagens que não acrescentem informações substantivas ao registro dos fatos.
- D) Substituem-se os termos técnicos da legislação municipal por termos de uso comum, visando à democratização do acesso à informação.
- E) O texto é reduzido ao máximo, omitindo-se detalhes sobre as deliberações e votações, priorizando apenas o horário de início e término da sessão.

Questão 36

Considere que determinado agente legislativo e de cerimonial da Câmara Municipal de Domingos Martins foi incumbido de redigir um convite oficial ao Juiz de Direito da Comarca para a sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos. Seguindo estritamente as normas de redação oficial e as atualizações do Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa que apresenta o vocativo e o tratamento no envelope (endereçamento) corretos.

- A) Vocativo: Senhor Juiz; endereçamento: Ao Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da Comarca de (nome).
- B) Vocativo: Senhor Juiz; endereçamento: A Sua Excelência o Senhor Juiz de Direito da Comarca de (nome).
- C) Vocativo: Vossa Excelência; endereçamento: A Sua Senhoria o Senhor Juiz de Direito da Comarca de (nome).
- D) Vocativo: Meritíssimo Senhor Juiz; endereçamento: Ao Meritíssimo Senhor Juiz de Direito da Comarca de (nome).
- E) Vocativo: Excelentíssimo Senhor Juiz; endereçamento: A Vossa Excelência o Senhor Juiz de Direito da Comarca de (nome).



Questão 37

No que tange à formalização dos trabalhos legislativos e ao rito das sessões ordinárias na Câmara Municipal de Domingos Martins, considere as normas sobre a abertura e o registro dos trabalhos. Em conformidade com a Resolução nº 199/2025 da Câmara, assinale a afirmativa correta.

- A) Após a constatação de quórum mínimo, a seleção do texto bíblico a ser lido no início da sessão instalada compete privativamente ao secretário da Mesa.
- B) Por regra regimental obrigatória, as proposições apresentadas em sessão devem ser transcritas integralmente na ata, independentemente de requerimento ou aprovação do Plenário.
- C) A ata da Sessão estará à disposição do gabinete do vereador para verificação em até quarenta e oito horas do seu término; a qual será considerada aprovada se não houver impugnação parlamentar, independentemente de votação.
- D) Se não houver quórum que permita a abertura dos trabalhos após o prazo de tolerância, o secretário deverá lavrar uma ata sintética com o registro dos nomes dos parlamentares presentes, e o presidente declarará a sessão prejudicada.
- E) O secretário possui quinze minutos de tolerância para iniciar a chamada. Ainda que o quórum legal não seja atingido após esse prazo, o presidente deve declarar aberta a sessão com os vereadores presentes para leitura de texto bíblico.

Questão 38

Considere, hipoteticamente, que uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instalada na Câmara Municipal de Domingos Martins para apurar supostas irregularidades nos trabalhos de uma das secretarias do Município. O presidente da CPI, necessitando de suporte para a condução dos atos solenes e do registro das oitivas, decide requisitar auxílio. Com respeito ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Domingos Martins e, ainda, sobre o suporte administrativo e o funcionamento das comissões – especialmente das CPIs, assinale a afirmativa correta.

- A) O presidente da CPI possui a prerrogativa de requisitar diretamente ao presidente da Câmara os servidores necessários para secretariarem os trabalhos da comissão.
- B) O agente legislativo e de cerimonial poderá secretariar a CPI, devendo haver prévia aprovação por maioria absoluta do Plenário, dada a natureza judicial dos poderes da comissão.
- C) As CPIs são compostas por cinco membros efetivos e terão prerrogativa administrativa de apuração para realizar oitivas, interrogatórios e requisitar perícias; sem autoridade investigativa própria de Poder Judiciário.
- D) Por possuir poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, não há limite temporal legal para atuação da CPI, a qual se extinguirá com a entrega do relatório final, respeitados os prazos designados discricionariamente por seu presidente.
- E) Se a Câmara não possuir, em seus quadros, profissional técnico qualificado na matéria da CPI, o presidente da Comissão poderá contratar diretamente consultoria externa especializada, a despeito de autorização prévia da presidência da Casa e de disponibilidade financeira imediata, dado o caráter excepcional da Comissão.

Questão 39

Determinado agente legislativo e de cerimonial da Câmara Municipal de Domingos Martins é informado, em uma segunda-feira, às 14h, sobre a renúncia irrevogável do presidente da Mesa Diretora, por motivos pessoais. Diante da vacância do cargo máximo da Edilidade, o agente deve auxiliar na organização dos atos para a sucessão. Com base no Regimento Interno da Câmara Municipal de Domingos Martins sobre a formação e modificação da Mesa, assinale a alternativa que descreve o procedimento correto a ser seguido.

- A) Assume a presidência o 1º vice-presidente de forma definitiva até o fim do biênio, dispensando-se nova eleição para este cargo específico.
- B) Deverão ser realizadas novas eleições para a formação de uma nova Mesa Diretora integral, no prazo máximo de até quarenta e oito horas após a vacância.
- C) A vaga de presidente será preenchida automaticamente pelo vereador mais votado nas eleições municipais entre os presentes, independentemente de nova votação pelo Plenário.
- D) De forma interina, assume a presidência o 1º vice-presidente, pelo prazo máximo de quarenta e oito horas, período no qual deverá ser instalada sessão extraordinária para a eleição de presidente titular.
- E) Ocorrendo a vacância apenas do cargo de presidente, o 1º vice-presidente assume interinamente, devendo o agente legislativo organizar eleições suplementares para a vaga na primeira sessão ordinária seguinte.



Questão 40

Quanto à estrutura do expediente nas sessões ordinárias e à votação das atas na Câmara Municipal de Domingos Martins, trata-se de uma regra em consonância com o respectivo Regimento Interno:

- A) Os relatórios das Comissões Especiais, por sua complexidade, devem ser obrigatoriamente deliberados apenas na Ordem do Dia, sendo defeso sua apreciação durante o expediente.
- B) A ata da última sessão de cada legislatura possui rito especial, devendo ser redigida e submetida à votação na própria sessão, antes de seu encerramento, com qualquer número de vereadores presentes.
- C) O expediente possui duração fixa de noventa minutos, mantendo-se tal regra nas deliberações sobre pautas especiais, como a proposta orçamentária e o processo de contas da prefeitura e da Casa Legislativa.
- D) Na hipótese de inexistir quórum para deliberação durante o expediente, a votação da ata da sessão anterior é considerada tacitamente aprovada; vedada sua transferência para a sessão seguinte, em respeito aos princípios da celeridade e eficiência.
- E) Não havendo número legal para o início da sessão ordinária, o presidente aguardará quinze minutos e, caso o quórum não se complete, fará lavrar ata de espera de mais quinze minutos, prazo após o qual declarará aberta a sessão com o número de edis presentes.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório; sendo constituída de uma dissertação, que será avaliada em vinte pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim.
- A Prova Discursiva deverá: a) ter extensão mínima de vinte linhas e máxima de trinta linhas; e b) atender ao número mínimo de linhas estipuladas, sob pena de desclassificação para o texto com número de linhas abaixo do limite mínimo exigido.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

Aspectos avaliados	Total de Pontos	
Aspectos Macroestruturais		
Conhecimento e compreensão do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado).	4,00	
Desenvolvimento da argumentação, objetividade e informatividade dentro do tema proposto (organização da argumentação, considerando-se a macroestrutura do texto dissertativo: introdução, desenvolvimento e conclusão).	4,00	
Coerência (relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto; encadeamento de ideias de forma lógica e coerente: progressão textual).	3,00	
Aspectos avaliados de acordo com a norma padrão	Pontos descontados por erro	Total de Pontos
Aspectos Microestruturais		
Estruturação sintática: truncamento de períodos; justaposição de orações e/ou períodos; excesso, ausência ou duplicação de elementos sintáticos, considerando-se a utilização dos recursos coesivos da língua, de modo a tornar a relação entre frases e períodos e entre os parágrafos do texto mais clara e precisa.	0,50	2,00
Morfossintaxe: colocação pronominal; concordância verbal e nominal; conectores; emprego de pronomes; paralelismo sintático; regência verbal e nominal; seleção vocabular – uso de vícios de linguagem, gírias, marcas de oralidade, escolha lexical (precisão vocabular); vocabulário inadequado ao texto escrito; tempos e modos verbais; grau de formalidade/informalidade expressa em palavras e expressões.	0,25	3,00
Desvios: acentuação; ortografia; translineação; uso de letras maiúsculas e minúsculas; pontuação.	0,25	4,00
TOTAL		20 pontos

Texto I

A necessidade de humanização na prestação de serviços públicos

Humanização tem um significado simples: tornar algo humano. Por mais óbvio que o termo possa parecer, nem sempre é fácil saber como tornar um serviço humanizado. E essa dificuldade tem um motivo: a humanização é, antes de qualquer coisa, um processo permanente. Seu fluxo não possui começo, meio e fim. Ao contrário: é necessário ter atenção constante ao que significa humanização de acordo com cada contexto.

Como humanizar a prestação de serviços a grupos sociais tão diferentes? Como saber quais serviços devem ser prioritários? Como identificar o que é contrário aos princípios da humanização? Ao pensarmos nestes questionamentos, nos deparamos com o fato de que a humanização envolve o respeito à ética. Para além disso, percebemos que todos os envolvidos em um serviço – usuários, servidores e instâncias governamentais – são responsáveis por um atendimento humano e de qualidade. Isto significa, portanto, que a humanização pressupõe um ciclo de tratamento humanizado.



Um dos pré-requisitos básicos para a humanização é o respeito tanto à igualdade quanto à diferença. Isso significa que um tratamento humanizado deve prezar pela igualdade social, de modo a possibilitar que todos tenham iguais oportunidades de atendimento, e pelas diferenças humanas, uma vez que grupos sociais diferentes possuem possibilidades distintas de acesso aos serviços públicos.

O atendimento humanizado, todavia, vai muito além da questão da acessibilidade. Isso significa que os serviços públicos não devem somente ser de fácil acesso, como também apresentar qualidade e respeito. E é essa atenção à qualidade e ao respeito que torna possível a identificação de um serviço desumanizado, uma vez que percebemos a falta de humanização quando alguma dessas características não está presente na prestação de um serviço.

(Disponível em: <https://radar.ibegesp.org.br/a-necessidade-de-humanizacao>. Acesso em: maio de 2026. Fragmento.)

Texto II

Pensar sobre humanização do serviço público é pensar sobre como gostaríamos de ser tratados. É refletir: “Eu gostaria de ser atendido dessa maneira?” ou “Eu gostaria de prestar um serviço nestas condições?”. É um belo exercício de empatia! Por falar em exercício, o Código de Ética do Poder Executivo Federal menciona que “A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina” (Decreto nº 1.171/1994, IX). Isso quer dizer que a postura do agente público deve ser intencional para que, por exemplo, o atendimento aos cidadãos e o tratamento entre colegas, subordinados e superiores, sejam feitos sempre de forma cordial.

Veja, mais uma vez, o que diz o Código de Ética sobre o assunto:

“XIII – O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação”.

(Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao>. Acesso em: maio de 2026. Fragmento)

Texto III

Fala-se muito em eficiência no serviço público, mas pouco se destaca um dado elementar: não há administração eficiente sem servidor preparado. A boa prestação do serviço público depende, sobretudo, de pessoas que compreendam com clareza o papel que exercem, os deveres que assumem e o funcionamento da estrutura em que estão inseridas.

Quando o servidor conhece o seu estatuto funcional, ele atua com mais segurança. Sabe quais são suas obrigações, entende os parâmetros de urbanidade, zelo, assiduidade, sigilo e respeito às normas, e consegue exercer sua função com mais maturidade.

O cidadão, quando procura o poder público, geralmente não conhece a divisão interna de competências, os fluxos administrativos nem a linguagem burocrática da Administração. Ele chega com uma demanda concreta e espera receber direção segura. Por isso, o servidor que o atende precisa conhecer não apenas a sua mesa de trabalho, mas a lógica mínima de funcionamento do órgão e, em muitos casos, da própria estrutura de governo.

Se a eficiência é princípio constitucional, os gestores públicos não podem exigir excelência sem criar as condições necessárias para que ela exista.

É necessário o servidor receber formação adequada para exercer suas atribuições com segurança. Capacitar não é gasto supérfluo. É investimento em governança, prevenção de falhas e qualificação da prestação estatal. Treinamentos sobre estatuto funcional, deveres do servidor, ética administrativa, comunicação institucional, atendimento ao cidadão e estrutura organizacional do governo ajudam a padronizar procedimentos, reduzem erros e elevam o nível de confiança interna e externa na Administração.

(Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/>. Acesso em: maio de 2026. Fragmento.)

A partir dos textos motivadores, redija uma dissertação sobre o tema:

“O papel do servidor público na promoção de um atendimento humanizado e eficiente”.



PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



